

A “Retórica Cativa” de Vieira: dos *Sermões* à *Representação* *

Vieira’s “Captive Rethorics”: From *Sermons* to *Representation*

Ana Paula Banza

Universidade de Évora

RESUMO: O presente artigo foca as alterações visíveis entre a retórica barroca dos sermões e aquilo a que chamamos de “retórica cativa” da *Representação*, procurando demonstrar que a diferença de estilo, que, regra geral, é associada a uma menor qualidade literária, resulta de uma adaptação voluntária e consciente do estilo ao tipo de texto em causa e que, ainda que de forma necessariamente diferente, as principais características dos sermões se reencontram nas obras proféticas, em geral, e na *Representação*, em particular: exercício exímio dos preceitos da Retórica, aliado a um domínio ímpar da Língua Portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE: Vieira; Retórica; Obra Profética; Sermões.

ABSTRACT: The current paper highlights the perceptible changes between the baroque rethoric of the sermons and what we call “captive rethorics” of the *Representation*, trying to show that the difference in style, which is usually related to a lower literary quality, comes from a voluntary and conscious adaptation of the style to the type of text, and yet it happens in a different way, the main characteristics of the sermons are to be found at the prophetic works in general and the *Representation* in particular: a skilled practice of the rethorical principles, joined to an unique expertise in dealing with the portuguese language.

KEYWORDS: Vieira; Rethorics; Prophetic Work; Sermons.

“Assim que não escreve (...) o António Vieira que foi, senão o que é, ou o que deixou de ser, para que (...) se não admire da diferença do seu estilo...”
Padre António Vieira, “Carta ao Duque do Cadaval”
(16 de Janeiro de 1668, *Cartas*, vol. II, p. 265).

VIEIRA ORADOR, VIEIRA ESCRITOR

Quem assim escreve, no registo íntimo e pessoal de uma carta, é um Vieira abatido pelas vicissitudes da vida, sem dúvida diferente daquele, de ânimo inquebrantável e espírito brilhante, que quase somos capazes de visualizar no púlpito, em todo o esplendor da sua eloquência, quando lemos um dos seus sermões. Efectivamente, não é difícil, mesmo ao leitor actual e apesar da distância imposta pelo tempo e pelos condicionalismos próprios do modo de produção escrito, sentir a força daquela argumentação e chegar à conclusão de que as ideias implícitas naquele discurso representam o verdadeiro e o certo, hoje, como ontem. Esta capacidade de convencer pela força dos argumentos e contra-argumentos utilizados, porém, constitui apenas parte do fascínio dos *Sermões*, pois, aliado ao exercício exímio dos preceitos da Retórica, neles encontramos também um domínio ímpar da Língua Portuguesa, que Vieira maneja com a perícia e subtileza próprias dos grandes autores. Por tudo isto são os *Sermões* justamente considerados e unanimemente reconhecidos como obra-prima da Retórica seiscentista portuguesa, e Vieira como uma das maiores figuras das Literaturas Portuguesa e Brasileira.

No entanto, os *Sermões* não foram nunca, para Vieira, a obra pela qual desejou ser conhecido. Como é sabido, porque o próprio Vieira o diz no “Prólogo do Autor”, a passagem à escrita, já na fase final da sua longa vida, dos sermões pregados desde a juventude constituiu uma obrigação, que apenas terá aceite por obediência ao Rei e ao Geral da sua Ordem:

“...obrigação por que começo a tirar da sepultura estes meus borrões, que sem a voz que os animava, ainda ressuscitados são cadáveres¹.”

Ao longo da vida, Vieira sempre gozou da fama de orador exímio; e, efectivamente, esta actividade assentaria melhor ao seu temperamento “colérico feroso”² e à sua vida movimentada, na Corte, em missões diplomáticas pela Europa ou nas Missões do Brasil, do que o recolhimento e a persistência necessárias à realização de obras escritas de largo fôlego. Diz Besselaar que:

Vieira necessitava de uma forte pressão externa para poder se dar com assiduidade a um trabalho de largo fôlego. Sentindo uma certa coacção, era capaz de levar a cabo uma tarefa imposta; não a sentindo presente, deixava-se facilmente distrair do seu assunto, sempre propenso a tomar atalhos floridos e pitorescos, em vez de seguir a estrada régia; além disso, era homem extremamente activo, que não suportava por muito tempo a atmosfera bolorenta de uma biblioteca. A vida lá fora era tão cativante e arrebatadora! No fundo, Vieira não tinha nem a paciência nem a disciplina de um erudito³.

Não terá, por isso, constituído tarefa fácil ou, ao menos, grata a Vieira a passagem a escrito dos sermões de uma vida, na maioria apenas esboçados sob a forma de notas, antes de mais pelo longo e meticuloso trabalho de “lima” que tal tarefa lhe exigia. Mas não seria este o único motivo que tornava penosa para Vieira esta tarefa. A ausência de novidade e a consciência lúcida das perdas que os seus sermões sofreriam na passagem ao registo escrito não pesariam seguramente menos.

Na verdade, apesar da sua vocação para o púlpito, que os triunfos oratórios sempre confirmaram, Vieira consideraria os sermões como manifestações datadas e efémeras da sua eloquência

(como datadas e efémeras são todas as manifestações da oralidade), constituindo a sua passagem à escrita um artifício de sucesso duvidoso.

Era efectivamente outra a Obra pela qual Vieira esperava ficar para a posteridade: uma obra escrita, de largo fôlego, na qual interpretaria e divulgaria as profecias que preconizavam a chegada iminente do Quinto Império, o Império de Cristo consumado na terra. Tal Utopia traduzia-se numa visão profética do futuro, baseada na interpretação de profecias antigas, como as de S. Frei Gil, e recentes, como as de Bandarra, de acordo com as quais o Quinto Império estaria prestes a chegar. De tal Utopia fazia também parte a crença, nada ortodoxa, mesmo para as significativas camadas da população que acreditavam no “Encoberto”, de que este não seria D. Sebastião, mas sim D. João IV. Este Príncipe português seria o escolhido por Deus para aniquilar os inimigos da fé, nomeadamente os Turcos, tornando todo o mundo cristão e preparando-o, assim, para a chegada do Quinto Império, entendido como um reino de fraternidade universal que duraria mil anos e uniria todos os homens sob um único império, em que o poder espiritual seria assumido pelo Papa de Roma e o poder temporal por D. João IV. Só então chegaria o Anti-Cristo, a batalha final entre as forças do bem e do mal e a consumação dos séculos.

A divulgação desta fantástica Utopia, que só pode compreender-se hoje adequadamente à luz da mundividência e do pensamento seiscentistas, constituía para Vieira uma espécie de Missão, e a referida Obra o instrumento para a levar a bom termo. Nesta extraordinária Obra, cuja extensão e magnificência teriam, necessariamente, de estar em consonância com a grandiosidade do Tema e com a sua relevância para o futuro da Humanidade, terá Vieira começado a trabalhar, ao nível da elaboração mental, logo depois da Restauração, provavelmente motivado por este acontecimento histórico, interpretado como inequívoco sinal de que estavam já a cumprir-se as profecias que culminariam no estabelecimento do

Quinto Império. A decisão de passar estas ideias à escrita, no entanto, terá sido, ao que tudo indica, motivada pelo encontro, em 1648, em Amsterdão, com o famoso Rabino Menasseh ben Israel. Efectivamente, de acordo com dados recolhidos por Besselaar, data de 1649 a redacção das duas primeiras páginas da *História do Futuro*⁴ (assim deveria chamar-se a Obra); mas o certo é que ela seria interrompida logo após essas primeiras páginas, retomada 15 anos depois, emendando a data, e abandonada, finalmente, em 1665, para não mais ser retomada sob a mesma forma. A primeira interrupção ter-se-á devido, muito provavelmente, a um conjunto de causas relacionadas com a agitada vida de Vieira enquanto pregador afamado, político e diplomata influente e valido de D. João IV, que, no período subsequente à Restauração, não lhe deixaria tempo nem concentração para obra tão vasta e profunda. No entanto, quando, em 1664, retoma a Obra, Vieira parecia empenhado em concluí-la até 1666, data que muitos autores apontavam como fatídica, na qual deveriam sobrevir os grandes acontecimentos que mudariam o futuro da Humanidade. A correspondência desta época é prova deste empenho, mostrando inclusive que, apesar de a nova data escrita nas páginas redigidas em 1649 ser a de 1664, Vieira teria voltado a trabalhar na Obra pelo menos desde 1663:

Não me fale V. S^a. em sermões, porque estas regras, e as que remeti no correio passado, são o maior excesso a que me tem dado lugar o sangue, dor e fraqueza ou total desmaio do peito; mas ainda neste estado, quando o espírito se sente com algum alento, o que discorre e vai ditando é sobre aquela obra de que ultimamente falei a V. S^a., a qual está muito adiante e é necessário adiantar-se, para que os sucessos não cheguem primeiro⁵...

No entanto, a Inquisição há muito que mantinha Vieira sob vigilância e, com o afastamento de D. Luísa de Gusmão do poder

em 1663, pôde, finalmente, chamá-lo à Mesa e, em 1665, fazê-lo recolher ao cárcere por não ter apresentado, nos prazos que lhe tinham sido concedidos, a defesa escrita que lhe fora solicitada. Encarcerado na Inquisição de Coimbra, é então obrigado a interromper definitivamente a *História do Futuro*, na qual trabalhara incansavelmente, quanto a sua saúde lhe permitia, entre 1663 e 1665, apesar do perigo que sabia correr ao protelar a redacção da sua defesa.

É, pois, só em 1665, já preso, que Vieira inicia a redacção de uma defesa escrita, a *Representação*⁶, cujo objectivo era o de explicar e retractar perante o Santo Ofício as ideias defendidas na *História do Futuro*, nas quais continuava, no entanto, a acreditar com verdadeira fé. Por outro lado, o ano fatídico de 1666 aproximava-se a passos largos, sem que a Obra, que deveria divulgar os grandes acontecimentos profetizados para esta data, estivesse pronta ou houvesse, naquelas circunstâncias, qualquer hipótese de a terminar. Talvez por isso, a *Representação*, redigida e passada a limpo entre 1665 e 1666, acaba também, voluntária ou involuntariamente, por constituir uma síntese da *História do Futuro*, onde Vieira apresenta o essencial de todas as questões que aí pretendia desenvolver: as já entretanto redigidas e as que não passavam ainda de notas, esboços incipientes ou mesmo de uma fase de elaboração mental⁷. Em 1667, no entanto, chegaria a sentença condenatória⁸, sem que a prometida “ressurreição universal do género humano” tivesse vindo salvá-lo⁹. E nem mesmo a *Representação* foi eficaz junto do Tribunal da Inquisição, muito provavelmente porque a duplicidade de intenções nela patente não terá escapado aos Inquisidores.

DOS SERMÕES À REPRESENTAÇÃO

Na altura em que escreve a carta que citamos em epígrafe, 1668, Vieira tinha sido libertado, ainda em 1667, graças à reviravolta política que afastou D. Afonso VI do poder, mas nem por isso

a sua amargura se dissipara. Aos dois anos de cárcere, sem que a Utopia em que acreditava com verdadeira fé se concretizasse, e à humilhação da condenação, juntara-se, entretanto, a constatação da indiferença de D. Pedro II, tão distante da consideração que D. João IV, e D. Luísa de Gusmão, lhe dispensavam nos seus tempos áureos de conselheiro e valido.

É esta sequência de acontecimentos funestos que a natureza pessoal e íntima da carta ao Duque de Cadaval reflecte, revelando um Vieira menos conhecido, afectado, como todos os homens, pelos desmandos da roda da fortuna:

“...em tão baixa e tão pesada fortuna como a minha, parece impossível a toda a arte fazer que dê volta à roda¹⁰.”

No entanto, se o abatimento nela expresso é humanamente compreensível face aos acontecimentos citados, a alegada “diferença de estilo”, supostamente em sentido negativo, merece uma análise que está ainda por fazer, mas que pode oferecer algumas conclusões interessantes, como procuraremos demonstrar brevemente no presente artigo.

Efectivamente, é sensível nas obras deste período, porventura o mais dramático da vida de Vieira, e no qual não pregou qualquer sermão¹¹, uma enorme diferença em relação aos *Sermões*, não se traduzindo, no entanto, tal diferença necessariamente na ausência de interesse destas obras, como pode levar a pensar a constatação do insucesso da sua recepção, na época e por parte do leitor moderno. Besselaar, na introdução à sua edição do *Livro Antepimeiro da História do Futuro*¹², faz dele uma descrição que é aplicável a todos os textos deste período:

E cumpre lembrarmos também que o livro merece plenamente o interesse e — por diversos motivos — também a admiração do leitor moderno, não

como monumento de estrutura perfeita ou de pensamento profundo, mas por causa do seu estilo inconfundivelmente vieiriano (o emprego da palavra certa, frases lapidares, remoques espirituosos, metáforas admiráveis, descrições pitorescas, narrativas encantadoras, etc.) como também por causa de algumas teses desenvolvidas com brio e originalidade¹³...

Não é, pois, uma diferença no “estilo vieiriano”, motivada por circunstâncias externas ao texto, o que justifica a aparente diferença de quilates entre os *Sermões*, por um lado, e as chamadas obras proféticas, por outro, mas sim o diferente tipo e público alvo das obras em causa. Vieira seguia, como poucos, os preceitos do *decorum* da Poética clássica: medida e propriedade, adequação do estilo ao tema e dos processos ao género e função do texto; e tal é a principal razão da diferença sensível entre estas obras. Comprova-o o facto de o estilo da *História do Futuro* e da *Representação* se reencontrar na *Clavis Prophetarum*¹⁴, cuja redacção Vieira terá iniciado em 1669¹⁵, data em que retoma a actividade sermonária e parte para Roma, iniciando um novo ciclo positivo na sua vida.

Assim, é possível, além das *Cartas*, escritos breves, de natureza íntima, com destinatário uninominal e privado, e de textos soltos escritos *ad hoc* em circunstâncias muito específicas¹⁶, considerar, na obra completa de Vieira, dois grandes tipos de texto: os sermões e as obras proféticas, com diferentes estilos adaptados aos respectivos natureza, função e público alvo.

Dos sermões não falaremos aqui porque a oratória vieiriana tem sido objecto de importantíssimos estudos por parte dos maiores especialistas nacionais e estrangeiros, mas deter-nos-emos antes na análise das alterações visíveis entre a retórica barroca dos sermões e aquilo a que chamamos a “retórica cativa” da *Representação*, procurando demonstrar que a diferença de estilo

que, regra geral, é associada a uma menor qualidade literária resulta de uma adaptação voluntária e consciente do estilo ao tipo de texto em causa e que, ainda que de forma necessariamente diferente, as principais características dos *Sermões* se reencontram nas obras proféticas em geral e na *Representação* em particular: exercício exímio dos preceitos da Retórica aliado a um domínio ímpar da Língua Portuguesa.

A escolha da *Representação*, entre as obras proféticas, como texto de referência nesta análise, prende-se com a sua representatividade no conjunto deste tipo de obras, na medida em que com elas partilha o tema, aprofundando e completando de forma sintética as ideias desenvolvidas e a desenvolver na *História do Futuro* e no *Livro Antepimeiro*, e as suas principais características.

Redigida como defesa perante o Tribunal da Inquisição, a *Representação* é, antes de mais, claramente, um texto argumentativo. No entanto, como síntese da *História do Futuro*, partilha, em grande parte, as características dos tratados seiscentistas de Teologia e Exegese. Assim, por um lado, por razões óbvias relacionadas com o público e com a finalidade primeira do texto, assiste-se na *Representação* a uma transformação da retórica barroca dos *Sermões* naquilo a que Silva¹⁷ chama uma “retórica inquisitorial”, que se traduz, na sua forma mais visível, numa maior sobriedade de estilo e no abandono quase total dos artifícios do discurso barroco ao serviço de uma intenção expressa de submissão aos desejos do Santo Ofício; por outro, tratando-se de um texto em relação ao qual é inegável uma dupla intencionalidade e no qual se encontra de forma muito visível a *História do Futuro*, enquanto tratado teológico e exegético, a *Representação* participa naturalmente também das características deste género, nomeadamente da contenção, por vezes raiando a aridez, que caracteriza os tratados seiscentistas desta natureza, acrescentando-lhe, porém, um toque indiscutivelmente vieiriano.

Não podem assim, por este motivo, as características do discurso da *Representação* ser encaradas como uma transformação

linear da “retórica barroca” dos sermões numa “retórica inquisitorial”. Ainda que esta última esteja subjacente a todo o texto enquanto defesa, convergem, como vimos, no discurso da *Representação*, características dos dois géneros referidos: a defesa, que se pretendia uma resposta em espelho àquilo que os Inquisidores queriam ouvir, num estilo austero, despojado e sóbrio; e o tratado teológico e exegético, que se pretendia dotado da maior clareza e rigor expositivo, mas que, ainda que caracterizável também pela sobriedade e pela contenção, admite, no entanto, o uso moderado de alguns recursos retóricos, muito característicos em Vieira, que não caberiam no âmbito estrito de uma defesa, mas que, graças à referida duplicidade de objectivos e de público alvo, acabam também por caracterizá-la. Ambas as intencionalidades são servidas por um forte aparelho argumentativo cujo objectivo é o de apresentar como verosímeis aos olhos do público, neste caso dúplice, as ideias expostas.

A construção argumentativa é sensível, antes de mais, na própria estruturação do texto em Proposições (na “Representação Primeira”) ou Questões (na “Representação Segunda”), subdivididas numa complexa hierarquia de sub-pontos que organizam e conduzem o raciocínio, regra geral, complexo.

Tome-se, a título de exemplo, a organização da “Questão 20^a”, da “Representação Segunda”, onde, à apresentação sumária da questão e sua contextualização, se seguem quatro provas, ou argumentos; resposta a uma objecção e resposta a uma instância, antecipando possíveis críticas pela apresentação de contra-argumentos, e respectiva refutação; e, finalmente, a conclusão, que confirma a resposta afirmativa à pergunta apresentada no título: “Se os Judeus universalmente convertidos à fé de Cristo hão-de ser outra vez restituídos à sua Pátria?”.

Por outro lado, o sóbrio discurso argumentativo da *Representação*, tal como o da *História do Futuro*, o do *Livro Anteprimeiro...* e o da *Clavis Prophetarum*, é pontuado, não raro, por explicações didácticas, análises doutrinárias, narrativas, comentários, descrições,

metáforas, trocadilhos, etc., sempre sabiamente doseados, mas de estilo inconfundivelmente vieiriano, bem como por um grande número de citações, de funcionalidade múltipla, que, mais do que evidenciar o objectivo expresso de retractação perante o Tribunal das ideias expostas na *História do Futuro*, acabam por enfatizar a persistência na sua defesa, pondo em causa o precário equilíbrio entre as duas funções do texto.

A título exemplificativo da forma como Vieira consegue matizar, com artísticas pinceladas de cor, o registo austero do tratado profético e, ainda mais, da defesa, vejam-se apenas dois exemplos:

I

...não sendo necessário para esta resistência exércitos nem fortalezas mais que um bárbaro com um arco e flechas detrás do tronco de ia árvore, como tem acontecido a tantos pregadores da fé (sem penetrarem tanto), que, antes de a poderem pregar, foram mortos, despedaçados, assados e comidos e convertidos nos corpos daqueles cujas almas iam converter¹⁸.

Na passagem citada, a crueza da descrição, associada ao trocadilho com base no duplo sentido do verbo “converter”, fornece uma imagem viva das dificuldades das Missões, provando que “nem se pode dizer ou considerar que, nas terras onde já está introduzida a fé (e nestas mesmas depois de se introduzir), será mais fácil e breve a dita conversão e mais expedita e corrente a obra do Evangelho...”¹⁹.

II

...dentro em Espanha, detrás das montanhas de Batuecas, se conservaram, por espaço de oitocentos anos, homens espanhóis, escondidos desde o tempo de sua perdição, sem eles saberem dos outros nem os outros deles²⁰...

Neste caso, à semelhança do que acontece noutros pontos do texto e noutras obras, Vieira reescreve uma lenda pitoresca, na época muito divulgada em Espanha, e apresentada como verdade, provavelmente à semelhança de outros autores, por Menasseh ben Israel, que, segundo Saraiva²¹, terá sido a fonte de Vieira neste passo. A este procedimento, muito comum em Vieira, chama Lucília Pires²², que o encontra em Bernardes, “Paráfrase”, considerando-o uma manifestação de intertextualidade.

No que toca ao uso de citações, quase sempre em Latim e seguidas de tradução parafrástica, ele merece comentário, não apenas pelo número, muito elevado, mas sobretudo porque elas assumem, consoante os casos e por vezes em simultâneo, funções múltiplas: persuasivas, exemplificativas e/ou de ocultação das próprias ideias por detrás das palavras de uma autoridade. Também neste caso, Lucília Pires regista em Bernardes a mesma abundância de citações, comum a outros autores da época, com funções múltiplas, equivalentes às que identificamos em Vieira e que aquela autora classifica, respectivamente, como persuasiva, retórica e especular²³.

Verifica-se assim que, regra geral, além das funções mais comuns de exemplificação e de persuasão, as autoridades, a começar pelas bíblicas, mas também Padres da Igreja, comentadores dos textos bíblicos, etc., são usadas por Vieira, por citação ou simples remissão, como arma simultaneamente ofensiva e defensiva, na medida em que o seu peso enquanto autoridades canónicas lhe permite defender uma determinada ideia sem correr os riscos que, de outra forma, lhe seriam inerentes, o que assume particular relevância no contexto da *Representação*. Isso mesmo assume o próprio Vieira na introdução a esta obra, quando se queixa da falta de apoio bibliográfico.

Havendo sobretudo ano e meio que não estudo
nem vejo livro pelo impedimento da prisão e doença
última, donde (além do perigo de algum esquecimento,

equivocação ou engano no que disser) se segue o defeito gravíssimo, e dano irreparável, de não poder pôr aqui o número dos autores, e suas palavras, que sem dúvida dariam muito diferente peso, autoridade e respeito aos mesmos textos, interpretações e razões, quanto vai de serem suas ou minhas²⁴.

Por outro lado, além do exercício exímio dos preceitos e estratégias da Retórica, encontramos também na *Representação* um domínio ímpar da Língua Portuguesa, revelado na laboriosa construção visível na análise da sua génese. Neste aspecto, as abundantes marcas de manipulação textual entre o rascunho e a cópia a limpo revelam o trabalho do artífice e os caminhos da sua reflexão; revelam também, por vezes, por detrás de uma aparente submissão, que o autor aliás declara de forma inequívoca logo no prólogo da primeira *Representação*, o pensamento “subversivo” que o conduziu aos cárceres da Inquisição e, de forma bem reveladora do seu temperamento, o agastamento em relação às censuras e argumentos dos seus adversários; revela, finalmente, o extremo cuidado da forma ao serviço de um conteúdo que não deixava margem para jogos de palavras e de sentidos e, por essa via, o discurso da *Representação* é também um “discurso engenhoso”²⁵, porquanto tem em vista uma inegável “agudeza”, que prepara e serve.

No que toca à utilização da Língua, reconhecidamente exemplar em todos os textos de Vieira, a *Representação* não constitui, pois, excepção, e permite, pelo facto inédito de ter chegado até nós o rascunho do texto, captar todo o processo de génese, revelando que Vieira não era essencialmente um escritor “inspirado”, mas antes um trabalhador incansável, que modelava os seus textos como o artesão modela o barro, escrevendo e reescrevendo, numa busca incessante da melhor palavra ou da melhor construção. E esta busca explora de tal forma os limites e potencialidades da Língua Portuguesa que, não raro, encontramos-lo indeciso

entre duas preposições ou entre duas conjunções, da mesma forma que hesita entre dois nomes ou entre dois adjetivos.

Vejam-se apenas alguns exemplos de alterações linguísticas e estilísticas efectuadas em curso de escrita (A) ou no momento de releitura (A1), no manuscrito de rascunho, ou ainda no momento da cópia a limpo (B), na passagem do manuscrito de rascunho para a versão final:

Os exemplos escolhidos, que mais não são do que uma pequena amostra do grande número de alterações desta natureza por nós identificadas no texto da *Representação*²⁶, são, no entanto, suficientes para demonstrar esta busca incessante da palavra ou da construção certa (exemplos 1 a 4), ou a preocupação com a correcção linguística, nomeadamente em casos em que mudanças em curso o levavam a hesitar, decidindo, nestes casos, quase sempre pela forma moderna. São disso exemplo a hesitação entre o uso do pronome dativo, como forma invariável ou como forma variável (exemplo 5), ou a hesitação no uso de artigo definido antes de possessivo (exemplo 6)²⁷.

CONCLUSÃO

Assim, na *Representação*, a retórica barroca dos sermões, onde se aliam o pedagógico e o lúdico, é substituída por um discurso explicativo de base argumentativa que serve o duplo objectivo da *Representação*, mas onde, mantendo-se embora a vertente pedagógica, essencial ao tratado, aliada à de persuasão, essencial à defesa, e que também se encontram nos *Sermões*, a vertente lúdica é quase completamente anulada. Da situação de pregador

que, ao comentar a palavra de Deus, deveria atrair o seu público para ela, lançando para isso mão dos abundantes recursos que lhe fornecia a retórica barroca, Vieira passa à de réu e simultaneamente intérprete e divulgador de profecias, canónicas e não canónicas, sobre o futuro da Humanidade. Nesta situação dúplice, cabia-lhe, enquanto réu, o papel de explicar e retractar, e, enquanto intérprete e divulgador de profecias, o de expor e argumentar. A ambos os objectivos convinha um texto onde não poderia haver lugar para um discurso susceptível de leituras múltiplas, que permitisse qualquer tipo de dúvida.

De tudo isto teria Vieira plena consciência, assim como a teria também da importância que a *Representação* assumia naquele momento e naquelas circunstâncias; e talvez só essa consciência, associada à disponibilidade de tempo que lhe proporcionava a sua condição de recluso, o tenha levado à conclusão desta obra. Efectivamente, se no recolhimento ao cárcere e na obrigatoriedade de uma defesa escrita, com todos os condicionalismos que conhecemos, podemos encontrar algum aspecto positivo, este será, sem dúvida, o de ter proporcionado a Vieira as condições de tempo e de concentração necessárias à conclusão de uma obra que, já não tanto pela sua extensão como na *História do Futuro*, mas sobretudo pelas evidentes dificuldades que a conciliação de dois objectivos tão diversos, para não dizer opostos, acarretava, exigia uma minuciosa elaboração. Ainda que em condições difíceis, nomeadamente quanto ao apoio bibliográfico, Vieira beneficiava, em virtude do desfasamento espacial e temporal entre os interlocutores deste “diálogo”, de algumas das vantagens que a escrita tem sobre a oralidade, nomeadamente, tempo para pensar, reflectir, voltar atrás, corrigir, anular, acrescentar; e, de tais vantagens, aproveitou quanto lhe era possível.

Assumindo-se embora como uma tentativa de exposição e justificação das ideias do autor sobre o futuro do Mundo e dos Homens, mesmo daquelas que, aos olhos da Inquisição, nunca poderiam ser defendidas, a *Representação* revela o empenhamento

e a paixão de quem as queria ver entendidas e aceites por um outro público, virtual, mais vasto, a quem a dirigia enquanto obra de divulgação. No entanto, dela dependia, em última análise, a sua vida e a sua liberdade, facto que não podia deixar de condicionar fortemente o seu discurso. É, por isso, a retórica da *Representação*, mais do que uma “retórica do cativo”, uma “retórica cativa”, cativa dos seus objectivos e do seu público, cativa, enfim, da imperiosa necessidade de conciliar dois objectivos inconciliáveis: defender e divulgar ideias que eram as de um livre-pensador, cidadão do mundo, disfarçando-as por detrás de uma conveniente máscara de submissão.

O que restou da grande Obra profética idealizada por Vieira, onde se inclui, como vimos, a *Representação*, é o exemplo acabado de que os livros, tal como os homens, têm os seus destinos, por vezes substancialmente diferentes daqueles que para eles previam ou esperavam os seus autores; e assim ficou o Padre António Vieira imortalizado, não pela grande Obra idealizada, mas pelos *Sermões*, em cuja perenidade nunca terá provavelmente acreditado. Porém, o que dela restou, ainda que sob forma fragmentária e inacabada, continua, apesar de tudo, a merecer a atenção do leitor moderno, porque, se é certo que nela não encontramos páginas de prosa que nos emocionem e façam chorar, como escreveu Bernardo Soares²⁸ a propósito dos *Sermões*, a verdade é que nela encontramos uma parte muito significativa do pensamento vieiriano, num estilo que, embora longe dos fulgores da oratória barroca, merece, ainda assim, todo o interesse e admiração: pela clareza, pela eloquência, pela genialidade, enfim, que aí encontramos, ainda que sob uma forma necessariamente diferente.

NOTAS

* Inédito no Brasil e revisto para a presente publicação, este texto foi originalmente editado, em 2008, pela revista portuguesa *Românica*, n.º. 17, dedicado ao Padre António Vieira. Ele retoma, desenvolvendo-o e aprofundando-o, o da comunicação apresentada, em 2003, no V Encontro da Associação de Lusitanistas Alemães, e publicada, em 2005, nas *Actas* do referido Encontro. Cf. Banza, 2005. [Nota do Organizador]

¹*Sermões*, vol I, p. LVII.

²Catálogo Manuscrito da Ordem, de 1665, citado por Francisco Rodrigues, “O Padre António Vieira”, p. 81 e nota 1.

³*Livro Antepimeiro da História do Futuro*, p. 11.

⁴Ver José van den Besselaar, “António Vieira e sua *História do Futuro*”, p. 20.

⁵“Carta a D. Rodrigo de Meneses”, 1663, Dezembro 24, *Cartas*, vol. II, p. 19.

⁶Adma Muhana (Ver *Apologia das coisas profetizadas*. Lisboa: Edições Cotovia, 1994) defende que Vieira terá iniciado uma primeira tentativa de redacção de uma defesa escrita logo depois de ser chamado à Mesa da Inquisição, em 1663, posição que não acompanhamos pelos motivos expostos (ver Ana Paula Banza, *A Representação de Vieira*, Tomo I, pp. 138-156).

⁷Ver Ana Paula Banza, *A Representação de Vieira*, Tomo I, p. 156-166.

⁸“Sentença que no Tribunal do Santo Ofício de Coimbra se leu ao Padre António Vieira”, p. 235.

⁹“Não quero ressuscitar com Lázaro, senão com a ressurreição universal do género humano...”, Padre António Vieira, “Carta a D. Rodrigo de Meneses” (14 de Janeiro de 1664), *Cartas*, vol. II, p. 26.

¹⁰Padre António Vieira, “Carta ao Duque do Cadaval” (16 de Janeiro de 1668), *Cartas*, vol. II, p. 265.

¹¹No período de 1663 a 1668, registam-se apenas dois sermões: o “Sermão de S. Catarina”, em 1663, provavelmente antes de ser chamado à Mesa, e o “Sermão Histórico e Panegírico Anos da Rainha”, em 1668, que não chegou a ser pregado. Ver Margarida Vieira Mendes, *A Oratória Barroca de Vieira*, p. 556.

¹²Obra escrita, em 1664, para servir de introdução à *História do Futuro*, explicando-lhe os fundamentos.

¹³José van den Besselaar, *Livro antepimeiro da História do Futuro*, p. 15.

¹⁴Esta obra, escrita em Latim, constitui uma derradeira tentativa de reformulação da teoria “Quinto Imperial” de Vieira, adaptando-a aos factos recentes (Ver Ana Paula Banza, *A Representação de Vieira*, tomo I, p. 166-168). Tal

como a *História do Futuro*, nunca seria concluída, desta feita devido à morte do autor.

¹⁵Margarida Vieira Mendes, “Chave dos profetas: edição em curso”, p. 32 e ss.

¹⁶A maior parte destes textos estão editados por António Sérgio e Hernâni Cidade, em *Obras escolhidas do Padre António Vieira*.

¹⁷Janice Theodoro da Silva, “A retórica do cativo”, p. 522.

¹⁸“Representação Segunda”, § 558.

¹⁹*Idem, ibidem*.

²⁰“Representação Segunda”, § 354.

²¹António José Saraiva, “António Vieira, Menasseh ben Israel e o Quinto Império”, p. 96-97.

²²Maria Lucília Gonçalves Pires, *Para uma leitura intertextual de “Exercícios Espirituais”*, p. 141 e ss.

²³*Idem, ibidem*.

²⁴*Representação*, § 2.

²⁵António José Saraiva, “As quatro fontes do discurso engenhoso nos sermões do Padre António Vieira”.

²⁶Ver Ana Paula Banza, *A Representação de Vieira*, tomo I, p. 51-67 e 84-121.

²⁷Ver Ana Paula Banza, “A retórica cativa”, p. 10-11.

²⁸Ver Bernardo Soares, *Livro do Desassossego*, t. I, p. 16-17.

REFERÊNCIAS

MANUSCRITOS

REPRESENTAÇÃO dos motivos que tive para me parecerem prováveis as proposições de que tratava

Manuscrito da Torre do Tombo (microfilme), Inquisição de Lisboa, Processo 01664, Rolos 1427 a 1427c, fls. 147r - 288v.

Manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa - *Vieira Cabido*, Reservados, COD. 681, fls. 106r - 214r.

IMPRESSOS

AZEVEDO, João Lúcio de. *História de António Vieira: com factos e documentos novos* (1918-1920). Lisboa: Clássica Editora, 1992.

BANZA, Ana Paula. *A Representação de Vieira: nos bastidores da obra profética*, 2 tomos. Dissertação de Doutoramento policopiada, Universidade de Évora, Évora, 2000.

_____. “A ‘Retórica cativa’ – Vieira e a Inquisição”, 2003, *Die Rhetorik António Vieiras*, Akten der Sektion “António Vieira und die portugiesische Rhetorik des 17. Jahrhunderts” beim V. Deutschen Lusitanistentag, Rostock (25-28 September 2003), hrsg. von Alberto Gil und Werner Thielemann. Bonn: Romanistischer Verlag, 2005, p. 3-12.

_____. “Alguns aspectos da Língua Portuguesa seiscentista na escrita do Padre António Vieira”. *Diacrítica*, Ciências da Linguagem, n.º. 21/1, 2007, p. 5-24.

BESSELAAR, José van den. “António Vieira e sua *História do Futuro*”. *Minerva*, vol. III, 1968, p. 19-40.

MENDES, Margarida Vieira. *A oratória barroca de Vieira*. Lisboa: Caminho, 1989.

_____. “Chave dos profetas: a edição em curso”. In: MENDES, Margarida Vieira *et alii* (orgs.). *Vieira Escritor*. Lisboa: Cosmos, 1997, p. 31-39.

PIRES, Maria Lucília Gonçalves. *Para uma leitura intertextual de “Exercícios Espirituais” do Padre Manuel Bernardes*. Lisboa: INIC, 1980.

RODRIGUES, Francisco. “O P.^c Antonio Vieira - Contradições e Aplausos (à luz de documentação inédita)”. *Revista de História*. Lisboa, XI, 1922.

SARAIVA, António José. “António Vieira, Menasseh ben Israel e o Quinto Império” (1972). In: _____. *História e Utopia: estudos sobre Vieira*. Traduzido do francês por Maria de Santa Cruz. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992, p. 75-107.

_____. “As quatro fontes do discurso engenhoso nos sermões do padre António Vieira” (1970). In: _____. *O discurso engenhoso: Ensaios sobre Vieira*. Lisboa: Gradiva, 1996, p. 7-110.

SÉRGIO, António e CIDADE, Hernâni. “Sentença que no Tribunal do Santo Ofício de Coimbra se leu ao Padre António Vieira”. In: *Obras escolhidas do Padre António Vieira*. Prefácios e notas de António Sérgio e Hernâni Cidade, vol. VI. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1951-1954, p. 1-66.

SILVA, Janice Theodoro da. “A retórica do cativo: Padre António Vieira e a Inquisição”. In: NOVINSKY, Anita e CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (orgs.). *Inquisição: Ensaios sobre Mentalidade, Heresias e Arte*. São Paulo: EDUSP, 1992, p. 512-524.

SOARES, Bernardo. *Livro do Desassossego*. Recolha e transcrição dos textos de Maria Aliete Galhoz e Teresa Sobral Cunha. Prefácio e organização de Jacinto do Prado Coelho, 2 tomos. Lisboa: Ática, 1982.

VIEIRA, Padre António. *Sermoens do P.^e António Vieira da Companhia de Iesu (Editio Princeps)*. Lisboa, 1679-1748.

_____. *Cartas do Padre António Vieira (1925-28)*. Coordenadas e anotadas por João Lúcio de Azevedo, 2^a ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1970-1971.

_____. *Livro Antepimeiro da História do Futuro*. Nova leitura, introdução e notas por José van den Besselaar. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1983.

_____. *Clavis Prophetarum-Chave dos Profetas*, Livro III. Edição crítica, fixação do texto, tradução, notas e glossário de Arnaldo do Espírito Santo, segundo projecto iniciado com Margarida Vieira Mendes. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2000.